

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E AS CONDIÇÕES URBANÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO “QUINTA DOS PARICÁS” EM BELÉM-PA¹

Minha Casa Minha Vida Program and the urban conditions of the “Quinta dos Paricás” development in Belém-PA

Programa Minha Casa Minha Vida y las condiciones urbanas del desarrollo “Quinta dos Paricás” en Belém-PA

Roselene de Souza Portela*
Layse Inês Monteiro Maciel**

*Docente da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Brasil – roselene@ufpa.br

**Assistente Social, Discente do curso de graduação em Pedagogia na Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Brasil – layse.m10@gmail.com

Recebido em 16/05/2025. Aceito para publicação em 04/09/2025.
Versão online publicada em 31/01/2026 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

O presente artigo objetiva analisar as condições urbanísticas dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) implementados pela Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB), bem como verificar os impactos na melhoria das condições de vida dos moradores. Destaca-se a escolha do empreendimento “Quinta dos Paricás” como locus de estudo. Para tanto, pautado na Teoria Social Crítica, utilizou-se como procedimentos metodológicos levantamento bibliográfico e documental. Foi realizado, também, entrevistas com técnicos da SEHAB, assim como com beneficiários do programa. Dentre os resultados, infere-se que o PMCMV tem seus conjuntos habitacionais localizados, em grande parte, distantes do espaço urbanizado, fomentando a separação entre classes sociais, assim como gera a dificuldade no acesso a determinados equipamentos urbanos e serviços coletivos presentes na área urbana consolidada. Apesar disso, analisou-se que o programa contribuiu positivamente, no que tange às melhorias nas condições de vida das famílias em virtude do acesso à própria moradia, às novas formas de trabalho desenvolvidas por moradores, além de outros aspectos apresentados pelos sujeitos que afirmam viverem em uma moradia adequada.

Palavras-chave: Habitação. Programa Minha Casa Minha Vida. Segregação Socioespacial.

Abstract:

This article aimed to analyze the urban conditions of the *My Home My Life Program* (PMCMV) projects implemented by the *Belém Municipal Housing Department* (SEHAB), as well as to verify the impacts on improving the living conditions of residents. The choice of the “Quinta dos Paricás” project as the locus of study stands out. To this end, based on Critical Social Theory, the methodological procedures used were a bibliographic and documentary survey. Interviews were also conducted with SEHAB technicians, as well as with beneficiaries of the program. Among the results, it can be inferred that the PMCMV has its housing complexes located, for the most part, far from the urbanized space, encouraging the separation between social classes, as well as generating difficulty in accessing certain urban facilities and collective services found in the consolidated urban area. Despite this, it was analyzed that the program contributed positively to improving the living conditions of families due to access to their own housing, to the new forms of work developed by residents, in addition to other aspects presented by the subjects who claim to live in adequate housing.

Keywords: Housing. My Home, My Life Program. Socio-geographical segregation.

¹ Esse artigo é fruto da pesquisa realizada com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade Federal do Pará, intitulada “Programa Minha Casa Minha Vida e as condições urbanísticas dos empreendimentos”.

Resumen:

Este artículo tuvo como objetivo analizar las condiciones urbanas de los proyectos del *Programa Mi Casa Mi Vida* (PMCMV) implementados por la *Secretaría Municipal de Vivienda de Belém* (SEHAB), así como verificar los impactos en la mejora de las condiciones de vida de los residentes. Se destaca la elección del desarrollo “Quinta dos Paricás” como sitio de estudio. Para ello, con base en la Teoría Social Crítica, los procedimientos metodológicos fueron la encuesta bibliográfica y documental. También se realizaron entrevistas a técnicos de la SEHAB, así como a beneficiarios del programa. Entre los resultados, se infiere que el PMCMV tiene sus conjuntos habitacionales ubicados, en su mayor parte, alejados del espacio urbanizado, promoviendo la separación entre clases sociales, además de crear dificultad en el acceso a ciertos equipamientos y servicios urbanos colectivos presentes en el área urbana consolidada. Pese a esto, se analizó que el programa contribuyó positivamente en términos de mejorar las condiciones de vida de las familias debido al acceso a la vivienda propia, nuevas formas de trabajo desarrolladas por los residentes, además de otros aspectos que presentan los sujetos que afirman vivir en una vivienda adecuada. **Palabras-clave:** Vivienda. Programa Mi Casa Mi Vida. Segregación Socioespacial.

1. Introdução

Debruçar-se em estudos voltados à questão urbana perpassa por fatores sociais, econômicos, ideológicos, políticos, ambientais e simbólicos, entre outros, que tornam possível perceber a cidade por meio das disputas e transformações do espaço que ocorrem, principalmente, por intervenções humanas.

No cenário brasileiro, o direito à moradia se deu baseado na luta de classes, nos embates em espaços políticos, no campo ideológico, mas, principalmente, nas ruas. Ao compreender que o direito à cidade está para além da casa própria e que se manifesta pelo acesso ao conjunto de equipamentos urbanos, serviços coletivos, cultura, lazer, e pelas complexas relações sociais intrínsecas ao urbano, torna-se fundamental trazer à cena o debate sobre a questão habitacional.

Tendo em vista as condições objetivas e subjetivas que perpassam os sujeitos da pesquisa, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: 1) Em que medida o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Belém tem contribuído para melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias, tendo em vista o acesso à cidade em totalidade?; 2) Quais as condições urbanísticas dos empreendimentos do PMCMV implementados pela Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB), mais especificamente o Residencial “Quinta dos Paricás”?

Diante disso, a pesquisa apresentou como objetivo geral analisar as condições urbanísticas dos empreendimentos do PMCMV implementados pela SEHAB de Belém, bem como verificar os impactos na melhoria das condições de vida dos moradores do Residencial “Quinta dos Paricás”.

A aproximação com objeto da pesquisa teve a referência teórica e metodológica embasada na Teoria Social Crítica. Considerando a historicidade, traz-se ao debate a valorização

dos sujeitos enquanto seres históricos, moldados por determinações que permeiam a vivência dos beneficiários pelo PMCMV, em Belém, tendo em vista que os desafios pelo direito à moradia são intrínsecos a vida com dignidade, tal qual Marx e Engels (2007, p. 33) enfatizam que “para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais”.

Desse modo, tornou-se possível chegar a natureza do fenômeno que perpassa e interliga as categorias em análise, tais como: política urbana; habitação; segregação socioespacial; equipamentos urbanos e serviços coletivos; e PMCMV, as quais se apresentam enquanto resultado das contradições das relações sociais, histórica, cultural, econômica, entre outras manifestações.

O estudo valorizou momentos quantitativos e qualitativos. Para a pesquisa qualitativa, teve-se por base a realização da pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de teses e dissertações na base de dados da CAPES, além de pesquisas de artigos em revistas e anais de eventos com proximidade a temática. A pesquisa documental pautou-se nos estudos sobre Política Habitacional, Plano Nacional de Habitação, Leis de criação e Regime Interno da SEHAB, Leis, Portarias, Decretos e demais referentes ao PMCMV.

Considerando que, em Belém, existem 11 empreendimentos do MCMV, é importante destacar que o *lôcus* definido pela pesquisa foi o empreendimento “Quinta dos Paricás”. Este é o maior conjunto habitacional do programa no município e conta com um total de 2.720 unidades habitacionais, sendo que faltam ser entregue somente 169 apartamentos.

Ao compreender que a pesquisa enquanto investigação é fundamental no conhecimento do sujeito sobre o espaço em que habita, assim como as relações sociais que se formam entre eles, surgiu a necessidade de realizar entrevistas com técnicos trabalhadores na área da política de habitação, bem como com beneficiários dessa política.

Nesse sentido, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com técnicos da SEHAB, sendo uma com o técnico do Departamento Social (DESO), identificado no artigo como Técnico 01, e uma com técnico do Departamento de Engenharia, identificado como Técnico 02.

Também foram realizadas entrevistas com três pessoas (representantes de blocos), que residem no empreendimento, identificados neste artigo como morador 01, morador 02 e morador 03. Os critérios para escolha dos entrevistados foram: 1) O sujeito deve ser um beneficiário pré-selecionado por meio do Programa Viver Belém MCMV; 2) Ele deve ter sido eleito representante de blocos pelos moradores beneficiários do programa; e 3) Ser morador no empreendimento num período igual ou superior a nove meses (tempo estimado a partir da última entrega realizada, dezembro de 2019).

Valorizando a ética na pesquisa e a ampla informação sobre a investigação que foi realizada (riscos e benefícios), foi elaborado e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos sujeitos envolvidos, os quais tendo assentido, possibilitou a transcrição das entrevistas e, posteriormente, a análise de dados.

Para discussão dos resultados deste trabalho foram estruturados cinco tópicos. O primeiro consiste nesta introdução. O segundo tópico se propôs a realizar reflexões acerca do espaço urbano, ocupação e uso do espaço urbano, o direito à cidade e o processo de segregação socioespacial que permeiam a cidade. Em seguida, abordou-se breve discussão sobre a trajetória histórica da política habitacional, o direito à moradia no município de Belém e a implementação do Programa MCMV desenvolvido por meio do Programa “Viver Belém”. No quarto tópico, foram apresentados os resultados da pesquisa, a partir do levantamento dos equipamentos urbanos e serviços coletivos no empreendimento “Quinta dos Paricás”, relacionando aos processos de segregação socioespacial. Por fim, foram apresentadas as considerações finais.

2. A (re)produção do espaço urbano

O espaço urbano, intrínseco as relações sociais, estabelece-se cotidianamente ao passo em que variados campos de luta – cultural, simbólico, ideológico, científico-informacional – manifestam diferentes interesses, com intuito de se apropriarem dos meios de produção e reprodução vigentes que movem o capital, ou mesmo, aqueles que tentam subverter tal modelo de reprodução e exploração desigual das relações humanas.

Observa-se que o espaço expande seu valor produtivo, seja por meio da ação humana de exploração de recursos naturais, de mão-de-obra por meio do trabalho precarizado, ou por opressão de uma cultura sobre outra, ou por expressões de violência, ações que fomentam a desigualdade e a pobreza, além de outras expressões da “questão social”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que no processo histórico de ocupação e uso do espaço urbano, o solo é disputado entre os diferentes agentes econômicos e classes sociais, pois se considera que a terra na sociedade capitalista atende as demandas tanto de reprodução do capital como de reprodução da força de trabalho e da dimensão simbólica, uma vez que essa disputa se dá por diferentes usos, como habitacional, cultural, religioso, comercial e de serviços, industrial, etc., e mediante diferentes vantagens locacionais e infraestruturais estabelecendo uma hierarquia de preços, que faz do mercado imobiliário a grande expressão da segregação socioespacial. Além dos espaços existentes, esse mercado imobiliário vai determinar e criar a futura localização da classe trabalhadora (Portela, 2011, p. 42).

O solo, como símbolo de ocupação humana, tem a moradia como uma das expressões que mais explicita a diferença de classes. Ademais, compreende-se que a valorização da terra pelo capital agrega valor mediante a intensificação da pobreza e exclusão da população para áreas mais distantes, até mesmo dos espaços em processo de urbanização, com intuito de expandir negócios e atrair consumidores.

De acordo com essa mudança, as famílias são pressionadas a morarem em áreas alagadas/alagáveis desprovidas de saneamento e infraestruturas, nas áreas de mangue, casas de palafita, improvisadas sobre canais, ou mesmo, em áreas de baixadas, como ocorre no município de Belém no estado do Pará.

O espaço torna-se, então, dominado, subalternizado pela classe dominante, pois, ao se apropriar das vantagens e dos recursos do espaço urbano, a referida classe utiliza-o de acordo com os seus interesses, levando a cidade a ser pensada e utilizada como espaço de reprodução do capital, além de implementar a divisão social do espaço urbano (Portela, 2011, p. 47).

E, é nesse movimento que, refletindo o papel de influência do mercado imobiliário, é possível compreender o aumento das expressões que fomentam a desigualdade e, mais ainda, a segregação socioespacial. Consonante a isso, Marx e Engels (2007) instigam a reflexão acerca da divisão do trabalho paralelo as transformações no que diz respeito à apropriação do espaço e da propriedade.

Observa-se, a partir dos autores, que, ao passo em que as relações sociais e de trabalho modificam-se, seja por meio dos avanços tecnológicos, seja pela própria demanda do capital ao reinventar-se, assim também, em paralelo, a cidade agrega nova forma e valor. Essas mudanças, em que o espaço urbano, constantemente, está sujeito, determinam como será organizada e estruturada a cidade. Logo, o centro já não se define, por exemplo, somente pela presença de moradias valorizadas, ou equipamentos urbanos e serviços coletivos, mas pelo comércio, turismo, expressões culturais e o próprio fortalecimento da economia.

O que, a nosso ver, vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de um lado, a crescente concentração dos "meios de consumo coletivos" que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais – chegou-se a falar de uma "civilização urbana" –; de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que se vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico (Lojkin, 1997, p. 146).

A (re)produção do espaço urbano dá-se e se fortalece pelo capital. A influência que o capitalismo manifesta sobre o Estado, a partir de seus interesses, impacta diretamente sobre a

população pobre brasileira e na elaboração de projetos e políticas sociais.

Diante das expressões da “questão social”, a segregação socioespacial pode ser nesse caso, enquanto exemplo, um dos fenômenos que mais fomenta para a negação de diversos direitos sociais essenciais para a reprodução das relações sociais, na divisão social e espacial do trabalho, inerente ao direito à cidade.

Lefebvre (2001) realiza apontamentos sobre o processo de segregação que são, de acordo com ele, gerados na cidade, não por acasos, mas que refletem um modelo de governo que se estabelece e, logo, há quem serve os seus interesses.

As segregações que destroem morfologicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais. Contentemo-nos com indicar que o caráter *democrático* de um regime é discernido em relação à sua atitude para com a cidade, para com as “liberdades” urbanas, para com a realidade urbana, e, por conseguinte, para com a *segregação* (Lefebvre, 2001, p. 99).

Ao refletir sobre os apontamentos expressos pelo autor, é possível analisar que, não somente as conjunturas por si definirão os espaços da cidade, mas as correlações de forças simbólicas e políticas, ideológicas etc., que modelam o espaço urbano.

A segregação na cidade não se estende somente aos espaços urbanizados em contraste as áreas desprovidas de equipamentos e infraestrutura. Mas, as diferentes expressões, ponto de partida para a segregação, exprimem o modelo de cidade e o modo de vida ligado a ela.

Os agentes que compõem a cidade são, portanto, os que determinarão a construção da cidade, seja por meio do exercício político do voto, seja por meio dos espaços organizativos da sociedade de legitimidade político-partidária, ou seja, ainda nos espaços cotidianos que gestam a vida urbana, das praças, ruas, igrejas, dentre outros.

Lojkin (1997) apresenta os reflexos ocasionados pelo processo de segregação socioespacial, em detrimento das mudanças do uso e ocupação do solo urbano. O fenômeno de transformação, seja material ou simbólico do espaço, atinge de forma diferente as relações sociais e demais relações que possam se estabelecer no espaço.

A segregação por habitação traz a reflexão o modelo de cidade que se forma, uma cidade concentrada, em que valoriza pequenas partes de toda área urbana planejada. Logo, a casa enquanto valor de uso e de troca detém ao redor infraestrutura e equipamentos urbanos necessários, assim como manifesta a percepção de classe que se concentra.

Em contraponto, a casa operária é marcada por áreas com ausência de saneamento, de aspecto sujo, construídas em loteamentos e conjuntos habitacionais que não dispõem de

infraestrutura adequada e, por tais aspectos na lógica burguesa e de embelezamento da cidade, não podem estar concentradas próximas ao centro e área comercial.

A construção da cidade em favor da classe burguesa e do capital retira da população pobre o direito de vivenciar a cidade em totalidade, visto que, a ideia de concentração do comércio, equipamentos e o próprio investimento de embelezamento da cidade, não agregam as suas áreas periféricas, tão pouco os aglomerados urbanos formados em área de expansão.

É baseado no modo de (re)produção da cidade, segundo Lefebvre (2001), que o cotidiano da vida urbana se gesta. A cidade é por meio do ato simbólico da vida, a concretização das expressões da “questão social” imersas na sociedade em movimento. Ela se fundamenta no campo ideológico dos agentes sociais que a integram. Os resultados do cotidiano aproximam e segregam as classes sociais inerentes ao modelo de sociabilidade gestada pela divisão do trabalho, a qual tem sua raiz na produção da propriedade privada e dos meios de produção.

Harvey (2005) reflete a produção da cidade no campo filosófico da reprodução das relações sociais. A luta de classes no campo e na cidade é a luta pelo direito à vida, transformada, renovada. Não se pode compactar a representação do direito à cidade. Ela é, na dimensão dialética, a síntese e a antítese refletidas na exploração do homem pelo homem, das relações com seres humanos e a natureza, do espaço planejado e alterado, do técnico-científico-informacional que limitam e subvertem as formas de sociabilidade frente às conjunturas.

Partindo do modelo de cidade intrínseca ao capitalismo, Lojkin (1997) apresenta proposições acerca da cidade, a qual sofre os impactos da reprodução das relações produtivas e, por meio desses, toma novas formas.

A reprodução do meio urbano, a partir das ações diversas dos agentes sociais, adequam os espaços da cidade e sobre ela exercem influências diretas das necessidades sociais em transformação. Portanto, a cidade capitalista não somente sofreu impacto de todos os sujeitos que a mantêm, como também, modelou-se a partir dos interesses daqueles que detêm os meios de produção e riquezas. Logo, se constituirá por estrutura desigual da vida cotidiana.

Ao inferir que a dinâmica espacial muda de acordo com as necessidades de expansão econômica do capital, constata-se, também, como expressa Harvey (2005, p. 53), que “a importância de novas áreas para o mercado imobiliário converge com o interesse do Estado na desarticulação política das classes dominadas, e no apaziguamento de possíveis conflitos sociais”. Por consequência disso, as metamorfoses, pelas quais perpassam o espaço urbano, não estão voltadas para o benefício da população que vive na cidade.

Nesse contexto, a luta de classes se torna cada vez mais insurgente ao modelo desigual da vida, refletido nas relações de exploração no campo do trabalho, pelo processo de produção capitalista, visto que, para “além das incertezas do desemprego, da desproteção social e da precarização do trabalho, os trabalhadores são submetidos aos riscos da moradia em encostas perigosas, beiras de cursos d’água sujeitas e enchentes, áreas contaminadas por lixo tóxico, situadas sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade” (Acselrad, 2009, p. 39).

3. Reflexões sobre a política habitacional e o direito à cidade

Desde o início da formação das cidades, a sociedade enfrenta a precariedade no trabalho enquanto mão-de-obra explorada, para que ocorra o desenvolvimento de centros urbanos, o crescimento industrial e o enriquecimento de uma minoria que detinha/detêm a propriedade dos meios de produção.

Engels (2010) relata que, na Inglaterra no início da Revolução Industrial, muitas famílias, que viviam em regiões bucólicas, precisaram se deslocar para conseguir trabalho nas fábricas que, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão, impactou diretamente no mercado interno.

Marx e Engels (2007, p. 52), em meio a esse processo de consolidação industrial das cidades, apontam oposições entre cidade e campo, em que, em uma concentra-se “a população, os instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão”.

Tal contexto, reflete as particularidades em que se dão o processo de trabalho e de sobrevivência. Esse deslocamento (forçado) por grande parte das famílias em direção aos centros urbanos marca não somente as dificuldades em garantir o sustento (ainda no meio rural) pelo trabalho artesanal que era desenvolvido, afetado em decorrência do aumento da produção com auxílio das máquinas nas fábricas, mas um crescimento desordenado baseado na pobreza, violência, mazelas sociais e entre outros aspectos.

Naquele período, Engels (2010) ressalta não existir propostas positivas de mudanças daquele cenário de miséria e que possibilitassem viver com dignidade. Muitas famílias dividiam o mesmo espaço de moradia e a cidade, em crescimento e inchaço populacional, não detinha de medidas de higiene ou redes de esgoto. Nesse viés, as famílias jogavam seus detritos e demais sujeiras nas ruelas, e essas ações provocavam diversos outros problemas de saúde à população.

O contexto histórico em que nos debruçamos a estudar, apresentados em síntese, refletem o quanto o direito à cidade é negado a população. Dessa maneira, pode-se evidenciar

que não somente a Inglaterra vivenciou anos de miséria, no início do seu crescimento industrial, mas, no Brasil, a população pobre também foi/é alvo das refrações da questão social.

Segundo Bonduki (2017), por anos não houve no Brasil aparato político, por meio do Estado, que atendessem às famílias, principalmente, as que vinham do meio rural, e que lhes possibilitassem o direito à cidade, já que o crescimento urbano e industrial se baseia na exploração da força de trabalho, baixos salários e segregação da classe trabalhadora para as áreas periféricas, desprovidas de infraestrutura em detrimento do embelezamento do centro urbano elitizado.

O autor aponta para aglomerações de trabalhadores nas cidades, em decorrência da ascensão das atividades econômicas ligadas ao complexo cafeeiro, final do século XIX. O aumento populacional desenfreado ocasionou o surgimento de construções habitacionais insalubres, como os cortiços, e a ausência de infraestrutura e saneamento fomentou a proliferação de epidemias.

Os investimentos do Estado, que se deram para construção de moradias populares, foram ocasionados por influência da crise de 1929 que assolaria economias pelo mundo. Uma das alternativas que o Brasil almejou para evitar a crise decorreu do investimento na construção civil, fortalecendo o setor imobiliário e possível geração de emprego e renda, incitado pela produção de conjuntos habitacionais de baixo custo, além de retirar muitas famílias do aluguel.

Atrelado a esse contexto, em 01 de maio de 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP). A FCP vigorou até 1964, vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e consolidou-se como primeiro órgão federal destinado a promover a construção de moradias para a população de baixa renda. A sua atuação buscou atender as diretrizes de uma ordem econômica, política e social, fundamentada em resolver a demanda habitacional sem levar em conta as questões físicas e estruturais dos locais a serem implementadas as casas, ou seja, estava ligada a “limpeza” dos centros das cidades, com a possível eliminação das vilas e cortiços, assim como direcionar a construção das casas para áreas distantes, provocando a segregação socioespacial e o distanciamento entre as classes sociais (Bonduki, 2017).

Historicamente, analisa-se a consolidação das cidades baseadas na valorização, no acúmulo e no enriquecimento de uma classe social, bem como na exploração, na exclusão e promoção das desigualdades sociais e, conseqüentemente, o fomento a pobreza de outra classe.

O direito à cidade no Brasil se estabelece em bases fragilizadas ao passo em que o próprio governo, atrelado a ideologias políticas neoliberais, valoriza alguns mais que outros, e deixa

explícito, na verdade, que só é garantido tal direito aos que atendem a influência do capital a partir de uma ordem burguesa.

A ausência de uma política que possibilitasse a construção e aquisição de casas populares de baixos custos, além do aumento no preço do aluguel, considerando que os baixos salários dos trabalhadores comprometiam maior parte da renda, marca um período de crise habitacional, dando abertura para uma nova proposta de política de habitação no Brasil, o Banco Nacional de Habitação (BNH).

O BNH teve grande êxito durante o período em que esteve atuante, mas encerrou suas atividades no ano de 1986, provocando, com isso, uma desestrutura institucional da política habitacional, fragmentando-a para vários órgãos institucionais, resultando em uma concentração municipal da política (Bonduki, 2017).

Desde o término das suas atividades, a questão habitacional ficou sob atuação da Caixa Econômica Federal (CEF), sendo considerada, de acordo com Ribeiro (2015), uma grande perda na área da habitação, já que não era o seu foco principal.

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce, nelas, através delas (Lefebvre, 2001, p. 52).

A reprodução da cidade, conforme o autor, só se torna possível por meio das relações complexas, conflituosas que todos os agentes sociais que a compõem manifestam por meio das suas subjetividades. Não é possível ter a cidade somente por construções e concreto. Ela é o reflexo da ação humana sobre a natureza e do homem sobre si mesmo.

Partindo dessa análise, destaca-se como um dos resultados dessas relações e embates políticos e na luta por moradia, a criação do Ministério das Cidades, por meio da Medida Provisória nº.103/2003 e, posteriormente, instituído pela Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva.

Naquele período, além de outros programas habitacionais elaborados no governo Lula, em decorrência da crise econômica internacional em 2008, o Brasil precisou reagir fortemente impulsionando os investimentos no setor da construção civil e imobiliário, bem como incitou a criação do PMCMV.

Como Medida Provisória nº. 459, em 2009, posteriormente tornando-se Lei nº. 11.977/2009, foi lançado o PMCMV, pelo Governo Federal. Concebido pelos ministros da Casa

Civil e da Fazenda, o programa se desenha como medida anticíclica com objetivo de fomentar a produção habitacional e assegurar o crescimento econômico, por meio da construção de casas populares, geração de emprego e renda.

Apesar do objetivo proposto de buscar subsídios e estratégias para equilibrar a economia brasileira, observa-se que os empreendimentos construídos do MCMV, especialmente voltados para faixa 1, têm se localizado em áreas distantes do espaço urbano planejado, criando verdadeiros aglomerados urbanos, desprovidos de infraestrutura adequada, que possibilite à população de baixa renda (identificada pela faixa 1) o acesso efetivo do direito à cidade.

Ademais, é importante enfatizar que o PMCMV retoma a política habitacional similar ao BNH, com interesses apenas no quantitativo de unidades a serem produzidas, sem levar em conta as condições de vida urbana e as necessidades da população, como afirma Maricato (2011, p. 68):

O governo federal formulou a proposta em parceria com as 11 maiores empresas – construtoras e incorporadoras promotoras de moradia. Avanços conceituais sobre o tema de habitação social, tanto no que se refere à legislação urbanística, quanto ao que se refere aos projetos arquitetônicos não são incorporados a sua operação. Analisando a proposta do PMCMV, tendo como referência o que foi a experiência da política habitacional do regime militar – período de maior construção de moradias no país – foi possível prever o que a experiência recente já mostra: o impacto negativo sobre as cidades devido à localização inadequada de grandes conjuntos habitacionais e do aumento do preço da terra e dos imóveis.

A prevalência dos interesses do setor imobiliário e da construção civil desenhou no espaço brasileiro, por meio do PMCMV e seus desdobramentos na sociedade, a reafirmação da política habitacional excludente, que se volta ao interesse do capital, construindo moradias cada vez distantes do espaço urbano planejado, provocando a desigualdade e a segregação socioespacial.

Escobar (2017) argumenta que a moradia enquanto mercadoria, na qual o poder público prioriza as demandas e concede autonomia ao setor privado, empresas, construtoras, e que por meio da redução de custos ao adquirir terrenos distantes da área urbanizada, através de uma rede de parceiras, fortalece a construção civil e o setor imobiliário.

As empresas barateiam os custos através da aquisição de materiais de construção de baixo valor e visam não a qualidade das construções dos empreendimentos, mas as construções em larga escala, consequentemente, promovem a edificação de moradia de baixa qualidade, com problemas construtivos, além do “agravamento do processo de periferização, o que

potencializa problemas de deslocamentos e de vulnerabilidade social” (Escobar, 2017, p. 30). Para tanto, esse modelo em execução, na qual se estabelece a política de habitação no Brasil, torna-se possível ser observada a partir da inserção do PMCMV, no município de Belém e seus desdobramentos.

Situada na região amazônica, a cidade de Belém está localizada no estado Pará, região norte do Brasil, apresentando uma área territorial de 1.059,466km², de acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2024), o município apresenta população de aproximadamente 1.303.403 de habitantes, com densidade demográfica de 1.230,25 hab/km².

A cidade de Belém, marcada pelo *boom* do ciclo da borracha, tem sua história baseada na sua influência comercial, política, financeira com traços marcantes de culturas externas, explícitas, por exemplo, por meio da arquitetura urbanística, principalmente de estilos parisiense.

Fundada no período colonial, em 1616, com nome Santa Maria de Belém do Grão-Pará, teve suas terras indígenas ocupadas por portugueses. Seu território é influenciado pelas Baías do Guajará e pelo Rio Guamá, marcado por áreas denominadas de “baixadas”, ou seja, “várzeas e igapós das bacias hidrográficas que recortam a cidade, determinando, assim, no seu interior, a existência de diversas faixas de terras abaixo da cota de 04 metros” (Portela, 2011, p. 164).

Trindade Jr. (1997), ao refletir acerca das baixadas, expressa que, em muitos estudos, são contextualizadas apenas como espaços onde prevalecem a ocupação pela população de baixa renda enquanto espaço segregado. Ao analisarem somente por essa perspectiva, o autor considera que não tomam como relevante a complexidade e a diversidade que envolve a apropriação do espaço por diferentes agentes que compõem a cidade.

Assim, entende-se que, a princípio, a própria ocupação pela população pobre, próximo as baixadas, parte do pressuposto de que, no período de estruturação econômica, comercial, principalmente por vias fluviais, portuárias da época, era também estratégico, haja vista que, por não haver ainda projetos habitacionais de interesse social e de que alugueis em vilas e áreas mais distantes do fluxo comercial, influenciariam diretamente na renda familiar.

As mudanças no espaço, por meio de intervenções urbanísticas em prol da consolidação da área central da cidade de Belém, paralelo ao progresso da produção industrial, fomentaram o deslocamento das famílias pobres para as áreas urbanas menos consolidadas, haja vista que os preços de terrenos eram mais baixos e a cobrança dos impostos eram em valor reduzido.

Ao analisar o processo (forçado) de saída das famílias, aos moldes do capital, beneficiando o mercado imobiliário, Portela (2011) destaca que o Estado age de acordo com os

interesses do capital, intervindo no espaço urbano e na questão habitacional para suprir as necessidades do mesmo, “estabelecendo a renovação ou abertura de novos espaços, que são fragmentados e intensificam a segregação socioespacial, pois o uso do solo torna-se cada vez mais valorizado” (Portela, 2011, p. 36).

Tendo em vista a necessidade de implementação da política pública habitacional no município, e considerando o processo de mobilizações sociais por moradia digna, deu-se subsídios necessários para a criação da SEHAB. Ela foi institucionalizada a partir da Lei Ordinária nº. 7.865, de 05 de janeiro de 1998. Sua origem deu-se por meio da necessidade de se desenvolver e executar a Política Habitacional do Município de Belém, a fim de tornar efetivo o direito à moradia à população local.

A criação da referida Secretaria ocorreu por intermédio da necessidade de se consolidar um órgão habilitado, com objetivos para planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar a política de habitação do município. Diante disso, além de se tornar responsável pela execução local da referida política, a SEHAB, também, tem como função base a promoção e articulação de atividades externas que envolvam a sociedade civil mediante o desempenho de programas e projetos desenvolvidos, fora do espaço institucional.

A SEHAB, vinculada a Política de Habitação de Interesse Social, desenvolve suas atividades por meio de programas e projetos, que visam atender as demandas de cunho habitacional da população, a partir das particularidades dos sujeitos. Assim, é realizado o atendimento individual dos sujeitos beneficiários da política habitacional, o qual se caracteriza pela escuta qualificada, análise e orientação, e direcionamento adequado aos programas de cunho habitacional. Diante das especificidades, elaboram estratégias e desenvolvem atividades direcionadas as demandas que surgem no cotidiano de trabalho dos profissionais que atuam na instituição.

Atualmente, os programas e projetos em desenvolvimento pela Secretaria, são: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o PMCMV. Para desempenho desses, além de utilizar recursos do Tesouro Municipal, a SEHAB conta com alguns Agentes Financeiros (AF), sendo esses: o Ministério das Cidades, enquanto responsável pelo financiamento de programas como o PMCMV; e a CEF, encarregada no repasse de verbas para cumprimento de objetivos da SEHAB, no que tange ao PMCMV e o PAC.

O trabalho desenvolvido pela Secretaria concernente ao PAC dá-se mediante intervenções em áreas consideradas precárias. Assim, o programa propõe a oferta serviços de infraestrutura, a construção de unidades habitacionais, serviços de pavimentação, tratamento

de esgoto, criação de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e drenagem, com intuito de beneficiar os sujeitos diretamente atingidos, bem como o entorno imediato de todas as ações em paralelo ao processo de remanejamento e, posterior, de reassentamento das famílias, caso esteja previsto no projeto.

Relacionado ao PMCMV, a SEHAB desenvolve o processo de cadastramento, atualização e mediação no que concerne ao desempenho do programa, com objetivo central de diminuição do déficit habitacional. Apesar de o programa ter sido criado em 2009, foi apenas em 2013 que o município de Belém-PA realizou as primeiras inscrições para o programa. Em 14 de junho de 2013, o então prefeito Zenaldo Coutinho sancionou a Lei nº. 9.014, concernente ao Programa Viver Belém - Minha Casa Minha Vida, tendo por objetivo a construção de inúmeras unidades habitacionais populares no município, por meio do PMCMV, junto ao Governo Federal.

Considerando a relevância da lei, faz-se necessário destacar pontos importantes referentes ao desempenho do programa no município. Sendo assim, o Capítulo II, das Disposições Gerais destaca no Art. 3º as ações passíveis de serem realizadas no PMCMV no município, sendo essas: 1) a produção de novas unidades habitacionais; 2) a produção de lotes urbanizados; 3) a reurbanização de áreas degradadas e requalificação de imóveis já existentes em áreas consolidadas; 4) a reforma ou ampliação de unidade habitacional e 5) a regularização fundiária de imóveis.

Tendo em vista, o desenvolvimento de acordo com as faixas, em Belém, as unidades habitacionais compreendem a Faixa 1 do programa. Para fins de seleção, a SEHAB pauta-se na Portaria n.º 163, de 06 de maio de 2016. Dentre as atribuições a Portaria, em seu Capítulo 1, apresenta critérios de priorização dos candidatos:

3.1 para fins de seleção dos candidatos a beneficiários, serão observados, obrigatoriamente, as condições de enquadramento e critérios nacionais de priorização, e, ainda, até 3 (três) critérios adicionais adotados pelo ente público.

3.1.1. As condições de enquadramento dos candidatos a beneficiários são: a) renda familiar compatível com a modalidade; b) não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial; e c) não ter recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários do município, dos Estados, da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, executadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional (MCidades, 2016, p. 05).

As condições de enquadramento tornam-se relevantes ao considerar que, mediante as particularidades, e compreendendo as diversas situações em que famílias vivenciam o direito à moradia, contribuem para o acesso a unidade habitacional aos que não dispõem desse direito e

vivenciam a exclusão, a segregação socioespacial de forma mais intensa. Apesar de se considerar que a própria política habitacional tende a segregar ao “priorizar” os “mais pobres” entre os pobres.

Além dos critérios a nível nacional do programa – os quais são: 1) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público; 2) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; e 3) famílias de que façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovado com a apresentação de atestado médico – o município conta com mais três critérios locais, dispostos no manual de instruções para seleção de beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), no que tange ao PMCMV (MCidades, 2016).

Considerando o exposto, o Decreto nº. 9.014-PMB, de 14 de junho de 2013 – que foi alterado pela Lei nº 9.577, de 19 de junho de 2020, passando a ser denominado de Programa Viver Belém - Minha Casa Minha Vida –, apresenta:

Art. 1º Ficam definidos como critérios adicionais locais para a seleção de candidatos a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, no âmbito do Município de Belém, aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS como consta da Ata de reunião realizada em 18 de abril de 2016:

4) Famílias que habitam ou trabalham a no máximo 5 (cinco) km de distância do centro do empreendimento;

5) Famílias residentes no município a no mínimo 3 (três) anos, a ser confirmado com a apresentação de comprovante de residência;

12) Famílias em situação de coabitação involuntária, a ser comprovada por autodeclaração do candidato (Belém, 2020, s/p).

Referente ao sorteio de pré-selecionados para os empreendimentos, a Portaria prevê duas questões imprescindíveis: a primeira é que sejam destinadas pelo menos 3% de unidades habitacionais para pessoas idosas na condição de titulares no cadastro de beneficiários, bem como no mínimo 3% para pessoas com deficiência. Já a segunda, baseia-se no enquadramento em grupos por pontos somados pelas famílias de acordo com os critérios estabelecidos.

Vale ressaltar que o município conta com 11 empreendimentos, sendo que seis desses já foram entregues: Viver Primavera, Viver Maracá, Viver Independência, Viver Tenoné II fase 1, Viver Tenoné II fase 2 e Viver Portal do Tenoné. Há quatro que ainda estão em obras: Viver Pratinha, Viver Outeiro, Viver Mosqueiro e Viver Val-de-Cães. Completando, apenas um foi entregue parcialmente, o Quinta dos Paricás, tendo ocorrido em dois momentos: no primeiro semestre e no segundo semestre de 2019, onde foram entregues o correspondente a 1.296 e 935 apartamentos respectivamente (Belém, 2022). De modo geral, as construções desses

empreendimentos chegam a alcançar aproximadamente 10.000 unidades habitacionais.

Assim, faz-se importante analisar a interação entre os empreendimentos correlacionando às necessidades básicas da população no que tange ao acesso de creches, hospitais, comércios, entre outros serviços. Esse questionamento torna-se evidente, ao considerar, de acordo com Escobar (2017), que a vitalidade urbana, o mínimo social, o acesso, etc., tratam da possibilidade de as populações vivenciarem a cidade a partir de acesso a equipamentos e serviços.

Nesse sentido, coloca-se em evidência que a questão da moradia está para além da ação de habitar em um espaço, mas relaciona-se com a subjetividade do sujeito, a forma como ele interage com a cidade, seus equipamentos e serviços.

4. Análise acerca do empreendimento “Quinta dos Paricás”

O estudo em questão traz apontamentos acerca do Residencial Quinta dos Paricás, construído com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o qual atende financiamentos da Faixa 1 do PMCMV, destinado às famílias de baixa renda.

A escolha do referido residencial deu-se levando em consideração ser o maior já construído no município de Belém, pois é constituído de 2.720 unidades habitacionais e que, segundo dados coletados por meio da SEHAB (Belém, 2022), faltam ser entregues 10%, aproximadamente, de unidades do residencial. Com isso, o estudo nos possibilitou uma aproximação com a realidade, em que as famílias beneficiárias vivenciam o direito à cidade a partir de um programa habitacional.

O Residencial “Quinta dos Paricás” está situado no bairro da Maracacuera, no Distrito de Icoaraci. Com intuito de expandir as áreas de indústria e fomento ao desenvolvimento da região, conforme Furo (2019, p. 44), o empreendimento corresponde a uma área reservada “com disponibilidade de terras para a implantação do projeto, no sentido geográfico oposto ao distrito de Icoaraci, já consolidado”.

Interessante analisar que a área que contorna o empreendimento é marcada pela ausência de outras habitações, configurando-se um residencial isolado da área urbanizada, haja vista que se encontra distante tanto do centro urbano do município (aproximadamente 18,3 km traçados em linha reta), como afastado da área urbanizada correspondente ao Distrito de Outeiro (aproximadamente 4,95 km traçados em linha reta).

São empreendimentos que ficam distantes dos centros urbanos né, a gente chama de centros comerciais, mas, é, não tem como construir no centro de Belém porque tá sendo tomado pelos imóveis né, de grande porte mesmo pelas grandes empresas então o terreno é muito caro, pro Minha Casa Minha Vida, as vezes fica inviável. Uma empresa não vai conseguir adquirir um terreno em Nazaré por conta do valor do terreno né! (Técnico 1, 2019).

A fala do entrevistado destaca não somente a dificuldade em adquirir uma área que abranja os critérios para construção de empreendimentos em determinadas áreas definidas pelo programa, mas a supervalorização do solo urbano e, implicitamente, a fragilidade da política de habitação em atender às demandas da população para vivenciar a cidade. Ademais, o entrevistado destaca:

No entorno do Quinta dos Paricás, não tem nada, não tem escolas, não tem creche, não tem unidade básica de saúde, o que houve para que o empreendimento fosse aprovado, tinha, teve a necessidade de que dentro do terreno do empreendimento, tivesse áreas específicas para a construção de escolas, para a demanda do público que eu ia colocar lá então, não tem nenhum, nenhuma linha de ônibus que atendia lá (Técnico 2, 2019).

Tal qual expressa Olives (2017), a construção de empreendimentos distantes da área urbana consolidada pode apresentar-se enquanto estratégia do capital, tendo em vista a expansão econômica em longo prazo. Em consonância, Harvey (2005) traz a reflexão métodos utilizados pelo capital, com o objetivo de expandir seus meios organizacionais para garantir recursos, matéria-prima e força de trabalho baratos e, conseqüentemente, viabilizar a acumulação de riqueza por meio de novos formatos de incentivo ao consumo.

Nesse ínterim, ao analisar esse movimento implícito do capitalismo, induz a efetivação fragilizada do direito à cidade e à moradia para a população, visto que provoca o deslocamento de famílias de baixa renda para áreas distantes e com acesso reduzido aos equipamentos urbanos e serviços coletivos.

De acordo com Lima (2016, p. 33),

A segregação do espaço urbano aparece como consequência negativa da implantação inadequada de conjuntos habitacionais, ou seja, da inadequada inserção dos conjuntos no tecido urbano consolidado. Assim, a segregação do espaço urbano parece estar diretamente ligada às características de implantação de conjuntos habitacionais (localização e configuração).

Lefebvre (2001), assim como Lima (2016), evidencia a ação gerada pelo governo, por meio da implementação da política de habitação, o qual adequa as demandas da população aos “caprichos” do grande capital e sutilmente promove ainda mais os processos de segregação que afetam as famílias de baixa renda, beneficiárias no PMCMV, por exemplo.

Tal feito é analisado a partir dos estudos voltados ao Residencial Quinta dos Paricás, considerando sua localidade e a urbanização do espaço imediato. A área do residencial era de propriedade da Indústria e Comércio de Madeiras EIDAI do Brasil LTDA – cuja aquisição remonta ao ano de 1972. Furo (2019) destaca que a solicitação pelo Governo do Estado de posse da área pautou-se na necessidade urgente de construções de novas unidades habitacionais para famílias de baixa renda.

A destinação da área para construção do empreendimento consolidou-se pela doação do mesmo para o FAR e, apesar de uma parceria advindo “entre o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém [...], a administração municipal não participou de fato da contratação e condução da obra” (Furo, 2019, p. 46).

A construção do empreendimento foi realizada pela empresa SPE Paricás Construção Civil, concebida em 22 de outubro de 2013, a qual se consolida com a finalidade de edificação do Residencial Quinta dos Paricás, através da associação entre as empresas Laje Construções, Atan Engenharia, Engefix Construções e Mape Engenharia.

A expansão territorial do residencial corresponde ao tamanho aproximado de 167.101 m² de área. Caracterizado por seu modelo verticalizado, é composto por 46 lotes, sendo que 17 são lotes de unidades habitacionais, dois lotes são de áreas verdes, 27 lotes destinados a equipamentos urbanos, delimitados por 13, além da avenida principal e a lateral do empreendimento denominada estrada da Maracacuera.

O Quinta dos Paricás é constituído por 2.720 unidades habitacionais, separadas em 170 blocos com 16 apartamentos cada, divididos em quatro andares. Segundo informações de Belém (2022), o térreo (primeiro andar) dos blocos não dispunha no projeto inicial a construção de apartamentos, no entanto, houve a necessidade de adaptação, priorizando a ocupação de grupo familiar que seja composto por pessoas idosas e/ou deficientes, visto que o empreendimento dispõe somente de escadas.

Atentando à Portaria nº. 163/2016, o início da pré-seleção (sorteio) dos sujeitos para o empreendimento Quinta dos Paricás ocorreu no ano de 2018, tendo a lista de seleção emitida por meio do Diário Oficial do Município, período em que o empreendimento já estava com 50% ou mais das suas obras em andamento.

A seleção dos sujeitos configura-se em parceria direta com a instituição financeira, responsável por decidir o período adequado para que ocorresse o sorteio, e o ente público, o qual ficou incumbido de encaminhar os dados dos cadastros locais para o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH).

A análise realizada por meio do SNCH das informações enviadas baseia-se nos critérios nacional e local, identificação das cotas, formação dos grupos, processo de seleção e sorteio dos candidatos a beneficiários e o registro dos beneficiados (MCidades, 2016), sendo que todas esses elementos estão contidos no site de inscrição do programa em Belém elaborado pela Companhia de Tecnologia da Informação de Belém (CINBESA).

No dia escolhido para que ocorresse o sorteio, fizeram-se presentes representantes da instituição financeira, representantes do ente público e sociedade civil. Durante o andamento dessa atividade, foram realizados registros fotográficos, filmagens e elaboração de Ata, contendo a assinatura de todos presentes. Depois de emitida as listas com os nomes dos selecionados, estas foram disponibilizadas para consulta pela população: nas sedes e secretarias/órgãos responsáveis pelo cadastro e nos sítios eletrônicos/meios digitais existentes (Belém, 2022).

A atuação do DESO da SEHAB, após esse momento, deu-se através da montagem de dossiês das pessoas selecionadas. Após emissão no Diário Oficial, as famílias dispuseram de um prazo aproximado de 90 dias para entregar os documentos necessários, e estes serem encaminhados à CEF, especificamente, à Gerência Executiva de Habitação (GIHAB), a qual é responsável por realizar análise documental e financeira desses sujeitos. Esse momento marcou o início da análise social que esse sujeito vivenciará, sendo fundamental para o momento de hierarquização (de acordo com a quantidade de pontos enquadrados) e possível indicação a uma unidade habitacional.

De acordo com o técnico 1, há muitas famílias que foram pré-selecionadas e que ainda se encontram em processo de análise documental e financeira, realizada pela CEF e, conseqüentemente, ainda passarão por estudo social, o qual é realizado por assistentes sociais da SEHAB.

Tal situação caracteriza-se enquanto uma das dificuldades enfrentadas que compromete o desempenho eficaz do programa no município, mas está para “além disso”. O entrevistado destaca as condições de trabalho que precisam vivenciar em decorrência do número reduzido de membros na equipe, em consideração a grande demanda e o quanto afeta não somente à população, no que concerne ao atendimento, mas também as limitações humanas e ao sobretrabalho aos quais estão sujeitos.

A secretaria, ela não tem suporte técnico pra que faça valer esse programa de acordo com os critérios dele tá, a gente tem aqui, dois chefes [...], apenas um técnico cedido pela CODEM, então, a gente precisaria ter bastante técnicos aqui, pra que a gente pudesse

fazer essa triagem maior dentro da, de uma seleção né, pudesse ter o direcionamento técnico mesmo pra fazer essa triagem maior [...] é complicado sem o pessoal adequado entendeu?! Aí não tem como tu fazer um trabalho 100% dessa forma (Técnico 1, 2019).

Pertinente as famílias beneficiárias do programa para o empreendimento Quinta dos Paricás, considerando a Portaria nº. 163/2016, encontram-se as famílias que ingressaram por meio do processo de seleção, tendo por parâmetros os critérios nacionais e locais; famílias advindas de áreas de risco e/ou remanejadas em decorrência de impactos gerados por Projetos Urbanísticos; famílias provenientes do PAC e que se encontravam em auxílio moradia, e famílias que apresentam no seu grupo familiar pessoa com microcefalia.

Importante destacar que a fase de entrega das chaves ocorreu em 13 de junho de 2019. Nesse mesmo dia, foi realizada a celebração de assinatura de contrato entre o agente financeiro, CEF, e as pessoas titulares selecionadas. Em relação ao segundo momento de entrega das chaves, foi realizado em 19 de dezembro de 2019, porém com um número de beneficiários menor ao da primeira entrega.

Ressalta-se que, de acordo com informações fornecidas por Belém (2022), no ano de 2020, o número total de unidades sorteadas não corresponde com o número de apartamentos entregues em decorrência de ocupações irregulares e que as famílias beneficiárias só puderam realizar vistoria no imóvel e a assinatura de contrato com a CEF.

As ocupações irregulares ocorridas no Residencial Quinta dos Paricás deram-se em diferentes momentos durante o ano de 2018, 2019 e 2020. No período de realização da pesquisa, foi possível observar, acompanhando a visita técnica realizada pelo DESO no empreendimento, relatos de moradores/as sobre as estratégias utilizadas no movimento. Baseiam-se em janelas quebradas, portas arrombadas, alguns sujeitos relataram envolvimento de moradores do próprio bloco, os quais muitas vezes são parentes, conhecidos, amigos dos envolvidos. Além desses casos citados, identificaram-se famílias vítimas de estelionato.

As denúncias chegam à SEHAB por diversos meios: moradores beneficiários, lideranças comunitárias, agentes públicos, entre outros. Diante disso, ocorre a mediação por meio da equipe técnica do DESO, para com os sujeitos dos apartamentos ocupados, notificando sobre a necessidade de desocupação e orientação acerca do ingresso na política de habitação por meio do PMCMV. As ações que envolvem a desocupação (reintegração de posse) dos apartamentos são de responsabilidade do AF, tendo na maioria das vezes, a presença da Polícia Militar (PM).

Tal processo de ocupação irregular afeta, diretamente, o andamento de entrega das unidades pela empresa e pelo agente público. Durante as tentativas de desocupação, as obras

de muitos blocos ficam paralisadas, até que seja possível adentrar o ambiente novamente. Com isso, quando os apartamentos são desocupados, os trabalhadores da construtora retomam as atividades e, em decorrência dos problemas construtivos gerados, a obra e período de entrega final do residencial atrasa.

Os impactos gerados influenciam, principalmente, nas condições de vida e moradia das famílias selecionadas pelo programa, pois precisam lidar por mais tempo com o cotidiano da moradia em espaços alugados, por exemplo, até que seja desocupado o imóvel. Segundo os moradores entrevistados, resulta em prolongar a vida morando de aluguel e, conseqüentemente, comprometer uma boa parte da renda familiar mensal.

É possível analisar os reflexos ocasionados pelas ocupações durante o atendimento social na SEHAB, já que as famílias buscam informações e queixam-se pela demora na entrega das unidades habitacionais. O processo de ocupação irregular é analisado pelo entrevistado enquanto problema de segurança pública:

Tá complicado a segurança pública nos habitacionais, então, uma vez que as famílias estão recebendo essas unidades, né? muitas acabam, às vezes, sendo expulsa dessas unidades, por pessoas, né? algumas organizações que já fazem parte desses bairros [...], o problema é que as famílias vêm aqui até nós fazer essas reclamações e a gente como assistente social não tem esse poder de polícia de ir lá fazer uma intervenção dessas, né? Aí, a família tem que fazer um boletim de ocorrência, então, isso já causa aí uma preocupação grande, porque a família também não vai poder entrar de volta na unidade, mesmo que seja feita uma intervenção pública lá de segurança, a família não vai conseguir entrar porque, né, ela vai ficar preocupada com a própria segurança dela nesses habitacionais [...] e não tem ali uma ronda extensiva, tu não tem um acompanhamento é, direcionado pra essas famílias, pra que elas possam tá residindo mesmo lá, com mais segurança (Técnico 1, 2019).

A precariedade na segurança se torna abertura para o surgimento de outros agravantes que envolvem a ocupação por grupos de tráficos de drogas, identificado por meio da fala do morador entrevistado:

a droga que tá invadindo aqui nosso residencial né, que a gente tá, quase todos esses rapazinhos [...] a droga aqui é a coisa mais fácil que tem, que você vê esses adolescentes ser recrutado pro tráfico aqui, entendeu?! É lamentável. Eu penso que assim, o residencial ele tá muito vulnerável e pior vai ficar se não tiver realmente alguém que se preocupe (Morador 3, 2020).

É possível considerar que a fragilidade na garantia das condições de vida, que perpassam o direito à cidade, nesse caso, pode tornar-se um fator que contribua para o surgimento de novos aglomerados em áreas irregulares, visto que a saída em determinados casos de famílias beneficiárias, por medo de permanecer no habitacional, a renda baixa, na qual não possibilita

custear a moradia em aluguel, são fatores que mais uma vez obrigam muitas famílias retornarem a residir em áreas de risco, alagadas e/ou sobre palafitas, por exemplo.

Baseado no levantamento realizado e considerando identificar os impactos na melhoria das condições de vida dos moradores, as análises a partir das entrevistas realizadas tiveram como apoio os pressupostos de moradia adequada estabelecidos, conforme Comentário Geral nº. 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (Brasil, 2007).

Dessa maneira, buscou-se perguntar se enquanto moradores no empreendimento Quinta dos Paricás, consideravam ter acesso aos serviços coletivos e equipamentos urbanos. Foram apresentadas as seguintes falas.

Em ter acesso a serviços como hospital, é tudo perto. Tem um postinho de saúde, sou bem atendida, o atendimento é muito bom e rápido. Tem as escolas aqui, tem creche, apesar que os meus filhos não mora comigo [...]. Mas eu acho bom ter, é um bairro novo, com creche, escola pras mãe colocar seus filhos na creche, poder ir trabalhar, ter, ganhar o pão de cada dia, é isso (Morador 1, 2020).

Em relação a hospitais, creches, a gente tem tudo aqui dentro do conjunto. Só tá faltando melhorar um pouco a organização, mas temos aqui tudo; as creches, a estrutura são boa; o nosso posto de saúde, a estrutura é boa, falta só uma melhoria no atendimento (Morador 2, 2020).

Não tem uma Urgência, a gente tem que ir pra Augusto Montenegro [...], muita gente não tem condições aqui, adoece aqui, não tem condição de se quer se locomover, tu não consegue uma urgência aqui, o médico aqui é escasso demais [...]. A gente tá muito vulnerável a esse posto de saúde, que quando nós viemos pra cá disseram que ia funcionar Urgência e Emergência na parte da manhã, e a pra tu conseguires uma consulta normal é muito difícil (Morador 3, 2020).

Com referência às categorias educação e saúde, as quais fazem parte do rol de equipamentos e serviços que precisam compor a infraestrutura mínima para que seja construído um empreendimento em determinado espaço, é possível considerar relativamente a satisfação em relação ao acesso.

Acerca da implementação das creches (duas creches no residencial) citadas pelo morador 1 e morador 2, ressalta-se a importância de estarem ativas no empreendimento, tendo em vista a necessidade do responsável familiar em conciliar o horário da criança na creche, com o período de trabalho, e esse fenômeno se intensifica ao se tratar de famílias monoparental, em sua maioria chefiadas por mulheres.

Analisa-se, também, a manifestação satisfatória do morador 1 (2020) e morador 2 (2020) sobre as referidas categorias, sendo que o segundo entrevistado destaca ainda a necessidade de melhorar a oferta dos serviços que não estejam somente relacionados a estrutura física, mas também ao atendimento profissional para com as famílias.

Já o morador 3 (2020) apresenta elementos levando em consideração as limitações que condizem ao serviço ofertado, pela unidade básica de saúde, seja pela dificuldade em conseguir consulta médica, seja pelo tempo em que a unidade de saúde se encontra em funcionamento para atender a população do residencial. Paralelo a isso, faz referência a distância do residencial em relação à área consolidada da cidade que oferte serviço de saúde de urgência e emergência, bem como o desafio de conseguir um meio de transporte (público ou privado) que possibilite o deslocamento em busca do atendimento hospitalar.

Apreende-se nos discursos o acesso precarizado aos meios de transporte e serviços coletivos, ofertados às famílias do residencial. Singer (1982) reflete sobre as necessidades estruturais e sociais que agregam para uma vida com qualidade no interior da cidade e que se consolidam de acordo com o espaço urbano inserido.

A demanda de solo urbano para fins de habitação também distingue vantagens locacionais, determinadas principalmente pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos, tais como transporte, serviços de água e esgoto, escolas, comércio, telefone, etc., e pelo prestígio social da vizinhança. Este último fator decorre da tendência dos grupos mais ricos de se segregar do resto da sociedade e da aspiração dos membros da classe média de ascender socialmente (Singer, 1982, p. 27).

Destaca-se, ainda, as mudanças simbólicas que perpassam o espaço, no qual o autor faz relevância na análise, na qual propõe pensar que as mudanças no espaço não se conformam somente na classe média, como bem descreve, em ocupar áreas para fins de moradia distantes dos serviços e de outros grupos, sem que isso prejudique seu acesso aos serviços em geral.

Prosseguindo nas entrevistas, o morador 2 (2020) e morador 3 (2020) relataram acerca dos impasses que enfrentam devido ao transporte público precarizado.

São poucos ônibus pra quantidade de pessoas que moram aqui. Isso é muito dificultoso. É em relação as pessoas portadoras de deficiências especiais, não tem ônibus adequado pra carregar essas pessoas. Então, tudo isso é transtorno (Morador 2, 2020).

A condução aqui eles queimam parada na vinda, têm pessoas que vêm andando, tem gente aqui que trabalha por conta própria. Tem gente que consegue pegar só uma condução, porque a nossa condução vai até em São Brás. O horário que eles põem, eles não respeitam. É pra sair cinco e meia o ônibus, eles atrasam, as vezes sai sete horas. Tem gente perdendo o emprego, porque patrão não quer saber, e tá tão difícil. Têm pessoas que tão vivendo só pra pagar condução (Morador 3, 2020).

É possível apreender, por meio da fala do morador 2 (2020), que, além das dificuldades em geral de utilizar o transporte público (espera prolongada no ponto de ônibus, defeitos inesperados durante a viagem no veículo, a superlotação, etc.), é necessário considerar,

também, a oferta de ônibus que não dispõem de acessibilidade para pessoas com deficiências, idosos e outros sujeitos que estejam com limitações físicas.

No Brasil, analisa-se historicamente o processo de embelezamento e desenvolvimento da cidade que fomentou a segregação socioespacial da classe trabalhadora para as áreas afastadas, sem dispor de equipamentos urbanos e infraestrutura básica. Bonduki (2017, p. 101) destaca:

Para o trabalhador, restava construir uma casa na zona rural, independentemente de um planejamento mais geral ou mesmo de um projeto urbanístico – ou seja, em precários loteamentos recém-abertos por especuladores. Havia, porém, um grande problema nessa solução: como assegurar o acesso desses trabalhadores ao local de trabalho? A ligação viária desses loteamentos com o centro da cidade era tão precária que poucos, habituados a morar junto ao emprego, ao comércio, e aos serviços urbanos, se dispunham a mudar para a periferia.

A construção de casas operárias, em comparação as unidades habitacionais do PMCMV, apresentam em comum o afastamento da população pobre do meio urbanizado. A isso, averigua-se o papel do Estado ao gerir programas de cunho habitacional, o qual, a partir de seus formuladores e parcerias com grandes empresas, volta-se a atender as demandas do mercado imobiliário, à construção civil, ao se apropriar de áreas com baixo valor da terra, prevê a abertura para a instalação de novos mercados e investimentos.

Lefebvre (2001), tal qual Bonduki (2017), analisa a atuação do Estado e as correlações engendradas. O modelo de organização da cidade sempre atendeu ao processo de expansão e crescimento das forças produtivas. O capital, em suas metamorfoses, apropria-se das estruturas políticas e organizativas e determina o modo como o governo, por meio das políticas e programas, estrutura geograficamente a cidade, os meios de produção, o desempenho econômico e, conseqüentemente, induzirá a relação na divisão sociotécnica do trabalho.

Lima (2016) dialoga sobre a distância entre o residencial inserido nas áreas periféricas e os locais de trabalho, em sua maioria nas áreas comerciais, nos centros da cidade. A autora expõe que a insatisfação de muitos moradores beneficiários pelo PMCMV pode estar mais relacionada com a redução e/ou pouca oferta de transporte coletivo para se deslocarem para os espaços de trabalho, do que diretamente relacionada com distância e localização dos empreendimentos.

Também foram citados problemas com o fornecimento de água. O Morador 2 enfatiza “uma das principais dificuldades no conjunto é a água. Essa água daqui ela provavelmente é contaminada, ela dá coceira, ela não serve pra cozinhar, não serve pra beber, ela é imprópria” (2020).

Já o Morador 3 (2020) faz referência ao valor cobrado pelo consumo, o qual compromete, consideravelmente, a renda: “a dificuldade maior aqui é a água e, era pra tá vindo uma taxa pra gente e tá oscilando e eles tão botando cem reais, cento e pouco, sendo que a água não era pra tá oscilando assim”.

Em contraponto ao exposto pelos demais entrevistados, o morador 1 (2020) destaca não apresentar dificuldades em residir no empreendimento:

Pra mim a dificuldade, hoje, aqui no residencial Quinta dos Paricás [...], pra mim, eu não tenho dificuldade nenhuma aqui, né? E aqui no Paricás eu acho muito bom de se morar, é um lugar tranquilo. Pra mim não tem dificuldade em nada, entendeu? Então, tô feliz onde eu tô. Agradeço a Deus, também, né? (Morador 1, 2020).

É possível apreender, de modo geral, os elementos citados pelos moradores relacionados ao acesso aos equipamentos urbanos e aos serviços coletivos, e o quanto estão interligados na promoção de uma moradia adequada, considerando, principalmente, os impactos que geram no campo interpessoal e nas relações sociais e afetivas.

Durante entrevista com o Técnico 1, foi lhe perguntado se ele acreditava que o PMCMV garantia uma moradia adequada aos beneficiários do município de Belém, o mesmo respondeu:

Como técnico, com uma visão que eu já tenho de outras áreas também, eles contemplam, tá. Eles não podem contemplar, vamos dizer, pra algumas famílias pela questão da distância do centro urbano tá, mas o empreendimento em si ele tem uma infraestrutura adequada pra essa moradia. Então, eles contam com abastecimento de água, contam com energia elétrica, uma estação de tratamento de esgoto, transporte público também, então, eu acho que esses empreendimentos eles estão, sim, contemplando as famílias com todos esses, essas situações que eu creio que para mim é uma moradia adequada [...]. Eu acho que o Minha Casa Minha Vida ele tem, sim, toda essa infraestrutura para que as famílias, elas possam morar e residir (Técnico 1, 2019).

O entrevistado manifesta positivamente sua resposta, que o programa atende a uma moradia adequada e, apesar de apresentar elementos básicos para qualificar o acesso a essa moradia, não desconsidera as adversidades que afetam as famílias, fazendo referência a distância do Residencial Quinta dos Paricás em relação ao centro urbano consolidado.

Assim como ao Técnico 1 (2019), a mesma indagação fora destinada ao Técnico 2, do Departamento de Engenharia, o qual respondeu concordar que o PMCMV atenda às famílias de Belém, ofertando para elas uma moradia adequada, e faz destaque para um dos critérios adicionais definido em lei pelo município, no qual busque, minimamente, com que as famílias possam manter seus vínculos no lugar anterior de moradia ao passo em que se adaptam ao novo espaço.

Pra que não haja, né, um choque, eu tiro uma pessoa de Belém, vou colocar lá pra mosqueiro ou vice-versa, pego uma pessoa lá do mosqueiro e trago aqui pra Belém, né. Ela sai, ela vai deixar a escola que o filho dela já estuda, sendo num raio de 5km, não tem problema de tirar ela do lugar alagado, área de risco, alguma coisa, porque ela tá dentro, a escola está dentro do raio e ela consegue chegar facilmente sem ter a necessidade, é, de mudar de escola (Técnico 2, 2019).

Pertinente a essas mudanças a pesquisa debruçou-se em estudar a percepção dos moradores em relação a moradia no residencial e as melhorias nas condições de vida após beneficiados.

A minha vida melhorou muito depois que ganhei meu apartamento, né? Tenho meu emprego hoje, trabalho por conta própria com venda de salgados, *kits* de festa de aniversário. E é uma moradia digna de morar, bonita, gosto muito e tô muito feliz por isso. A moradia adequada pra mim é onde eu tô morando, bem organizada, né. É um lugar onde, apesar de onde eu morava era diferente, era lugar de barro, dava enchente, né (Morador 1, 2020).

Mudou muitas coisas, tipo nosso estilo de vida mudou 100%. Em relação a trabalho que, aqui onde a gente mora se a pessoa tiver ideia ganha bastante dinheiro com trabalho aqui. E aqui graças a Deus que a pessoa, o negócio que a pessoa inventar ela tem sucesso, basta ela persistir. Enfim, apesar de aqui ser um lugar meio afastado, mas é um lugar tranquilo, é um lugar onde as pessoas se sente segura. Então, isso é muito importante. Aqui no Paricás, se o povo se unir pra preservar isso aqui, com certeza, a gente vai ter uma moradia bem adequada, sim (Morador 02, 2020).

Cara, eu te juro diante de Deus, eu amo isso aqui! Isso aqui é minha vida, é meu ganha pão. Eu ganho todo dia meu dinheiro [...]. Meti com a cara e coragem primeiro o salão, aí depois fui vendo as necessidades e foi botando coisas que davam pra mim, porque eu não tinha condição, ainda, de botar uma mercearia, um comercial grande. E aí eu tô trabalhando com esses produtos daqui, eu já tô aqui, vim pra cá em janeiro, final de janeiro, tô até hoje aqui. Gosto muito daqui. Eu vendo até meia-noite gelo, mas cedo a gente acorda aqui, é essa minha rotina (Morador 3, 2020).

É essencial considerar a subjetividade posta dentre as entrevistas, haja vista que os discursos são carregados pelas vivências, reflexos da moradia anterior. Mas, apesar das particularidades, apresentam unidade quando são instigados a falarem sobre as melhorias e mudanças geradas ao serem beneficiados com o apartamento por meio do programa.

As falas apresentam elementos em comum importantes para se refletir acerca da reprodução da vida com qualidade. Um desses é definido pelo trabalho, as três pessoas entrevistadas são trabalhadores autônomos e encontraram no espaço da nova moradia uma alternativa de subsistência, ao passo em que vivenciam limitações relacionadas a oferta de serviços essenciais como áreas de comércio, em decorrência disso, montam o próprio negócio, como é o caso do morador 3 (2020) que improvisou um salão de beleza no seu apartamento, além de vender outros produtos como carvão, picolé e gelo, mencionado no trecho de sua fala.

Ribeiro (2015) ressalta que esses comércios irregulares instaurados pelos próprios moradores, apesar de não serem permitidos, haja vista que, de acordo com o contrato realizado pela CEF, o espaço não pode ser utilizado para outra finalidade, além da moradia, mas são bem vistos e necessários para a população local.

Trata-se de alternativas encontradas pelos beneficiários para garantirem necessidades básicas, que são as ofertas de produtos, de gênero alimentício, principalmente, além de outros serviços secundários, os quais pela localização do residencial precisariam deslocar-se ao bairro mais próximo que dispunha de comércio e pudessem sanar tais carências.

Destarte, Harvey (2005) ressalta as estratégias que são criadas a partir das necessidades de reprodução das relações sociais e de vida, da oferta de serviços e expansão do mercado, as quais possibilitam (re)formular o espaço, categorizá-lo e dá novos sentidos.

A abertura de comércio, como ocorreu com os moradores, retrata a ausência da estrutura organizativa de agentes públicos, incumbidos de promover o direito à cidade a partir das condições estruturais, culturais, ideológicas, simbólicas que permeiam o cotidiano urbano.

O Residencial Quinta dos Paricás, inserido em uma área de expansão urbana, abre, a longo prazo, novos espaços para instalação de grandes comércios, indústrias, novas formas de produção da força de trabalho.

Outro elemento importante para análise é a satisfação em decorrência da segurança da posse. Os entrevistados apesar de estarem cientes de que ainda não dispõem do documento de propriedade do imóvel, definem ser um investimento. Pois, as parcelas são pagas mensalmente com o dinheiro separado pelo grupo familiar, resultado do trabalho.

Além disso, é julgado como um bem material tido por herança e no futuro poderá ser visto como mercadoria e exercer valor de troca. Para Milano (2013), o acesso à casa própria está intrínseco as relações econômicas, políticas, culturais, que é moldado pelo capitalismo e torna a casa valor de uso e de troca.

Pertinente a isso, a autora destaca, também, a relação social que envolve o espaço da casa, a qual pode ser observada no trecho da fala do morador 1 (2020) “a moradia adequada pra mim é onde eu tô morando”. Em consonância, afirma, ainda que a satisfação e a melhoria das condições de vida da família são definidas como “cada indivíduo determinará, ao seu modo, o valor de uso de uma moradia, e esse, por sua vez, só assumirá seu real significado quando as características e necessidades de um indivíduo (ou grupo) coincidir com as características da moradia em que reside” (Milano, 2013, p.137).

Logo, a unidade habitacional se transmuta em mercadoria e seu valor de troca sofre influência direta das relações de mercado. Assim, somente terá sentido e valor de uso, quando quem a possuir transmitir sobre ela tal identidade.

Lima (2016) defende que o habitar precisa ser visto para além do acesso aos equipamentos urbanos e serviços coletivos, assim como, evidenciado por meio de uma perspectiva de totalidade que envolve o direito à cidade, a interação com o meio (espacial), promovendo a relação de comunidade entre os sujeitos que integram o lugar. E, com isso, perceber a moradia mais do que seu espaço interior.

O estudo traz à reflexão os diversos aspectos que envolvem uma moradia adequada e como é vivido isso pelos moradores dentro do residencial do PMCMV, em Belém. Analisa-se a relação entre as falas dos moradores com as falas dos técnicos, em que, apesar de apresentarem elementos diferentes para exprimir essas mudanças e melhorias nas condições de vida, convergem em aspectos simbólicos voltados a forma de acesso aos equipamentos urbanos e aos serviços coletivos, bem como de qual modo os afetam o não acesso.

Ao finalizar a entrevista, o Técnico 1 (2019) direciona sua fala abordando a importância do programa no município, considerando os limites e os desafios que são postos para se trabalhar a Política de Habitação, a qual é apresentada de forma homogênea em lugares heterogêneos.

O programa, ele veio pra dá não uma solução pro todo, mas pelo menos pra que a gente possa tá caminhando com essa política dentro da secretaria e dentro do município, também. Mas, ainda falta muito ainda pra que a gente possa contemplar definitivamente né, e as famílias saírem desse déficit habitacional que Belém tem. Belém é cheia de área, é de risco, áreas alagadas, casas sobre palafitas, encima de canais né. Então, Belém sofre com várias outras situações por conta dessas questões, né, que foi aí esse inchaço (Técnico 1, 2019).

Partindo dessa colocação, torna-se fundamental se refletir acerca do déficit habitacional expresso, pois, não está somente ligado ao acesso à casa própria, mas diretamente interligado a complexidade e necessidades relacionadas à habitação que perpassam as famílias.

Milano (2013, p. 145) ressalta que “a moradia (e seu valor de uso) é um direito básico de todo cidadão e a complexidade que conforme sua demanda deve ser levada em conta na formulação de políticas habitacionais efetivas”.

Diante disso, cabe trazer ao debate os desafios postos, especialmente, à população de baixa renda do município, em vivenciar a cidade em sua plenitude. A moradia precisa envolver o direito à vida urbana dentro de um contexto macro e micro social, no qual envolve o acesso

ao lazer, à cultura e valorização da cultura de grupos e famílias, as quais não são consideradas na formulação da Política Habitacional de Interesse Social e, menos ainda, na construção das unidades habitacionais ofertadas à população.

O direito à cidade precisa se consolidar mediante a garantia das necessidades objetivas que perpassam o direito à vida e a (re)produção dela na divisão social e técnica do trabalho.

Analisa-se, diante disso, o desempenho do PMCMV em Belém e a grande relevância do mesmo na promoção de uma moradia, que atenda, minimamente, as famílias pobres. Assim, foi possível traçar alternativas para o município por meio do desenvolvimento de projetos urbanísticos que favoreçam determinados locais da cidade ao passo em que famílias, moradoras nessas áreas de risco, são remanejadas para um apartamento do PMCMV.

5. Considerações finais

Apesar das dificuldades enfrentadas, seja pelo acesso reduzido aos equipamentos urbanos e aos serviços coletivos, é possível considerar que o PMCMV contribuiu de forma positiva para a melhoria nas condições de vida da população beneficiária em Belém, especificamente, dos moradores do Residencial “Quinta dos Paricás”.

Os sujeitos entrevistados consideram de grande relevância, pois possibilitou o alcance da casa própria, mesmo ainda não apresentando posse definitiva do imóvel, mas veem como um investimento, visando a segurança familiar e a propriedade do apartamento enquanto bem material.

Analizou-se, ainda, que, para além do acesso a casa própria, a melhoria está vinculada à satisfação da infraestrutura presente no residencial, em que se preze o saneamento básico. Isso, pois, faz referência às diversas famílias que residiam em áreas de risco, próximas de canais, áreas de lixões. Assim, também, as famílias que viviam em moradias alugadas, dado que o valor alto pago de aluguel impactava, diretamente, na renda familiar, comprometendo os gastos destinados à alimentação, vestimentas, pagamentos de taxas de energia, água, entre outros.

Verificou-se a satisfação relacionada ao trabalho pelos moradores entrevistados. A longa distância do Residencial “Quinta dos Paricás”, em relação às áreas comerciais, foi identificada pelos moradores como alternativa para montar o próprio negócio, enquanto sujeitos autônomos, gerir seu próprio trabalho e fonte de renda.

Diante de tantos fatos, infere-se que a política habitacional caminhou com proposições a atender a população de baixa renda no país, por meio do PMCMV, assim também, tem passado por processo de secundarização do seu papel no desenvolvimento não somente social, mas

emancipatório da população brasileira que tem garantido em sua Constituição Federal, promulgada em 1988, o direito à moradia fundamental para a reprodução da vida com dignidade.

6. Referências

ACSELRAD, Henri (org.). **A Duração das Cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BELÉM. **LEI nº 9.577, de 19 de junho de 2020**. Dispõe sobre regras para o Programa Viver Belém. Diário Oficial do Município de Belém, Belém, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/9577.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

BELÉM, Diagnóstico Habitacional de Belém. **Política Habitacional no Município de Belém**: breve contextualização, balanço e desafios atuais de uma política social. Relatório I, II, III, IV. Belém: SEGE, 2022.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7ª Ed. São Paulo: Estado Liberdade, 2017.

BRASIL, Secretaria Nacional de Habitação. **Política Habitacional e a Integração Urbana de Assentamentos Precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos**. Ministério das Cidades. 1ªed. Brasília-DF, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. Boitempo: São Paulo, 2010.

ESCOBAR, Fernanda de Bittencourt. **A política nacional de habitação e a localização espacial dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida em Porto Alegre/RS**. 2017. 243f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2017.

FURO, Arleisson Fernan Pedreira. **Residencial Quinta dos Paricás**: a transformação de uma gleba de terra privada em empreendimento de interesse social. 2019. 145f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2019.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém: IBGE, 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Marcia Azevedo de. **Padrões espaciais de localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: impactos na qualidade da habitação social e satisfação dos moradores.** 2016. 384f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2016.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILANO, Joana Zattoni. **Um lugar para chamar de seu? O Programa Minha Casa Minha Vida e a ideologia da casa própria.** 2013. 154f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (MCidades). **Portaria nº 168/2013.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 15 abr. 2013. Seção 1, p. 101-106. 2016.

OLIVES, Sara Judy Christie de. **Desafios e fragilidades do trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana de Natal.** 2017. 144f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, 2017.

PORTELA, Roselene de Sousa. **Políticas habitacionais em Cidades Amazônicas: Belém e São Luís na perspectiva comparativa.** 2011. 328f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2011.

RIBEIRO, Nádia O. V. **Espaço urbano e segregação social: o cotidiano dos moradores em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida.** 2015. 127f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2015.

SINGER, Paul. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** Ermínia Maricato (org). São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

TRINDADE Jr., Saint-Clair C. **Produção do Espaço e Uso do Solo Urbano em Belém.** Belém: NAEA/UFPA, 1997.

